Mapa n.º 3

Subsídios concedidos para novas construções escolares ao abrigo do disposto no artigo 5.º, § 2.º, da lei n.º 563, de 6 de Junho de 1916

Distritos	Concelhos	Freguesias	Lugares	Subsídios concedidos	Corpos administrativos subsidiados
Aveiro	Feira	Espargo	—	800\$00	Junta de freguesia.
»	Ilhavo	Gafanha	Nazaré	500\$00	»
»	Macieira de Cambra	Roge	Sandiães	1.000\$00	»
»	Ovar	Ovar	Ponte Nova e outra	3.000\$00	Câmara municipal.
Braga	Barcelos	S. Pedro de Alvito	—	1.500\$00	Junta de freguesia.
»	Braga	Dume	—	800\$00	»
»	Terras do Bouro	Vilar da Veiga	Gerez	1.000\$00	»
Bragança	Bragança	Mós	—	500\$00	»
»	»	»	Paçõ de Sortes	300\$00	»
»	Vinhais	Edral	—	500\$00	»
Coimbra	Arganil	Pomares	—	2.500\$00	»
»	Góis	Góis	Bordeiro	1.400\$00	Câmara municipal.
»	Mira	Mira	Portomar	3.500\$00	»
Évora	Alandroal	Alandroal	—	3.000\$00	»
»	Portel	Monte do Trigo	—	1.500\$00	»
»	»	S. Bartolomeu do Outeiro	—	1.000\$00	»
Faro	Olhão	Moncarapacho	—	500\$00	Junta de freguesia.
Guarda	Guarda	Guarda	—	2.000\$00	Câmara municipal.
»	»	Sobral da Serra	Amoreiras	500\$00	»
Lisboa	Aldeia Galega	Aldeia Galega	—	3.000\$00	»
Portalegre	Portalegre	Reguengo	—	2.000\$00	»
Santarém	Abrantes	S. Miguel de Rio Torto	—	500\$00	Junta de freguesia.
»	Ferreira do Zézere	Arcias	—	500\$00	»
»	»	Paio Mendes	—	3.000\$00	»
»	Tomar	Alviobeira	—	1.000\$00	»
»	Vila Nova da Barquinha	Barquinha	—	500\$00	Câmara municipal.
»	Vila Nova de Ourém	Rio de Coiros	Sandoeira	300\$00	»
»	»	Vila Nova de Ourém	Alqueidão	800\$00	»
Viana do Cas- telo	Arcos de Valdevez	Arcos de Valdevez	—	6.000\$00	»
Vila Rial	Alijó	Casal de Loivos	—	1.000\$00	»
»	Valpaços	Lebução	—	800\$00	Junta de freguesia.
»	»	Valpaços	—	3.000\$00	Câmara municipal.
Viseu	Carregal do Sal	Carregal do Sal	—	500\$00	»
»	»	Oliveira do Conde	Fiães da Têlha	500\$00	»
»	»	Papizios	—	500\$00	»
»	Mortágua	Espinhos	—	500\$00	»
»	»	»	Santa Cristina	500\$00	»
»	»	Marmeleira	—	500\$00	»
»	»	Mortágua	—	1.000\$00	»
»	»	Pala	—	500\$00	»
»	Nelas	Nelas	Folhadal	1.000\$00	»
»	Santa Comba Dão	Santa Comba Dão	—	4.000\$00	»
»	Tondela	Barreiro	Tourigo	1.000\$00	»
»	»	Tondela	—	1.000\$00	»
»	Viseu	S. João de Lourosa	—	1.500\$00	Junta de freguesia.
				61.200\$00	

Ministério de Instrução Pública, 11 de Agosto de 1917.— O Ministro de Instrução Pública, *José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Secretaria Geral

DECRETO N.º 3:288

Tendo o decreto n.º 3:216 estabelecido os preços de aquisição dos diversos cereais, torna-se indispensável fixar agora os tipos de farinhas e os preços a que deverão ser fornecidas pelas fábricas de moagem, tendo em atenção os diferentes elementos que influem na determinação desse preço.

Não pode ter essa fixação senão um carácter transitório. Nas circunstâncias actuais não é fácil nem possível tomar medidas definitivas que resolvam de vez o problema da alimentação, antes é necessário acompanhar de perto as situações constantemente variáveis e modificar com essas situações a legislação.

Complexos são os elementos que contribuem para a determinação dos tipos de pão a adoptar e das qualida-

des das farinhas com que esse pão se fabrique, devendo ter-se em consideração as disponibilidades do país em cereais, a maior ou menor necessidade de importação de cereais exóticos, o preço provável da sua aquisição, os encargos que podem resultar, para o Tesouro Público, dessa aquisição, a necessidade de procurar evitar um grande aumento no preço do pão e a justa remuneração das indústrias da moagem e da panificação, isto é, uma multiplicidade de factores, por vezes contraditórios, o que ainda mais dificulta a solução do problema.

A colheita de trigo deste ano está longe de corresponder às necessidades do país, e a falta desse cereal não é suprida pela abundância de centeio ou de cevada. A escassez da colheita vem juntar-se o exagerado enceleiramento, não só dos produtores individuais, mas ainda dalguns concelhos produtores que, no receio da falta, levam as suas reservas muito além das suas necessidades, dificultando o aparecimento de disponibilidades para venda, nomeadamente neste começo de ano cerealífero, enquanto se não convencerem da existência de quanti-

dades de trigo ou doutros cereais que garantam a alimentação para todo o ano.

Contribuindo ainda para a falta de aparecimento de disponibilidades para venda há o retraimento de muitos, esperando, illusóriamente, que lhes seja permitido vender por preços superiores aos estabelecidos no decreto n.º 3:216.

A propaganda e a persuasão, bem como o rigoroso castigo dos que deixarem de cumprir as disposições daquele decreto, conseguirão por fim trazer os mais excessivamente cautelosos, os mais egoistas e os mais rebeldes, ao convencimento de que não é justo dificultar a alimentação dos seus concidadãos, de concelhos não produtores, e especialmente dos grandes centros, procurando exagerados lucros ou guardando e enceleirando quantidades superiores às suas necessidades, sem vantagem própria, porque o excesso não chega a ser utilizado, e com grande desvantagem para a economia geral do país; todavia, embora confiando nos resultados, devemos prevenir as dificuldades que poderão surgir, de começo, da falta do aparecimento de disponibilidades de trigo para venda e procurar remediá-las.

A falta de trigo deverá vir a ser suprida principalmente pelo milho, mas as disponibilidades da colheita anterior deste cereal são escassas e a nova colheita está ainda relativamente afastada. Embora tenham sido tomadas medidas para garantir a vinda ao continente de grande quantidade de milho colonial, deve-se prever que essas medidas não possam ter efeito imediato, só começando a fazer-se sentir, de modo mais eficaz, pela mesma época em que a colheita do milho da terra se realize.

Deste modo prevê-se que até essa colheita, neste começo de ano cerealífero, teremos de ser menos parcimoniosos no emprego do trigo pela falta do seu principal sucedâneo, o milho, cuja colheita, de resto, nas terras de sequeiro se não anuncia sob bons auspícios.

Embora procurando reduzi-la quanto possível, poderemos recorrer à importação de trigo exótico, mas há que atender a que a escassez das colheitas no estrangeiro, as necessidades instantes dos países em guerra, a dificuldade e a carestia dos transportes tornam muito cara a aquisição desse cereal. Por mais diminuta que seja essa aquisição, devemos tê-la em consideração e prever que os encargos que dela resultam terão de ser cobrados no preço das farinhas, a menos que o Estado não sofra prejuízos importantes, que, do mesmo modo, iriam afectar os recursos de todos os cidadãos, dando-lhes uma illusória aparência de barateza, illusão que todos devem desejar que se não faça.

Pelos motivos expostos, é forçoso adoptar, temporariamente, até a fixação dos recursos que nos podem trazer a nova colheita de milho e a importação de milho colonial, dois tipos de pão e não um tipo único, como muito seria para desejar.

A criação do tipo único, além das dificuldades da sua aplicação em regiões de longa data habituadas a certas qualidades de pão, teria neste momento contra si a falta de stocks de cereais e principalmente a escassez de milho. Como o preço da farinha de trigo a entrar no lote faria uma grande diferença para mais do preço da farinha dos outros cereais, se, de momento, o Governo não pudesse fornecer ou garantir o fornecimento desses outros cereais e estes tivessem de ser substituídos por trigo, tornar-se ia necessário, dia a dia, e para cada fábrica, alterar constantemente os preços de venda, o que traria na prática complicações graves e grandes embaraços. Por outro lado, onde houvesse possibilidade de substituir ao trigo outro cereal haveria margem para grandes lucros ilícitos à sombra do mesmo diferencial.

Esse tipo único, de resto, tendo em atenção o alto custo dos cereais exóticos, com o qual é indispensável contar, só poderia ser estabelecido por um preço supe-

rior ao que actualmente se vende em Lisboa, sem melhoria da sua qualidade.

Sendo forçoso, pelo menos até a plena colheita do milho, garantir o consumo especialmente com trigo, e entrar em linha de conta com as fracas disponibilidades que estão aparecendo para a venda, e com uma percentagem do trigo exótico, torna-se indispensável fazer pagar aos que mais podem os encargos daí resultantes, e assim, permitindo a fabricação dum tipo de pão só de trigo, convém obrigar essa farinha a pagar por cada quilograma, ao Estado, a quantia de \$27, para fazer face aos encargos da importação, o que permite que a farinha de mistura pague apenas \$01(8). Por esta forma, o pão de trigo será vendido por um preço elevado, de \$42 cada quilograma, e o pão de mistura pode ser vendido, em todo o país, ao preço de \$15.

Estabelecido o preço de modo que, no lote de mistura, todas as farinhas principais entrem com o mesmo valor, o inconveniente da falta de qualquer dos cereais é suprido pela substituição por outro, sem alteração dos preços nem possibilidade de fraudes.

Entre os preços de compra de cereais e os de venda das farinhas fica uma margem de moagem que justa parece, tendo em atenção as circunstâncias actuais de encarecimento do combustível, mão de obra, etc., e dos aumentos dos encargos financeiros e tendo em vista um fabrico normal. No entanto, o Governo, se não deseja que a sombra da alimentação do povo se façam exagerados lucros, também não tem em mira obrigar a indústria a trabalhar com prejuízo. Deste modo, não terá dúvida na revisão dos números estabelecidos quando lhe seja demonstrado que tais números são escassos por a totalidade de farinhas fabricadas ser inferior à calculada.

Ainda pelo que respeita à indústria de panificação, foram tidas em atenção as reclamações que têm sido feitas, permitindo taxas de panificação susceptíveis de cobrirem todas as despesas.

Pelo funcionamento das padarias por conta do Estado, que em breve serão instaladas em Lisboa, o Governo terá ensejo de verificar a justeza dessas taxas, ao mesmo passo que estabelecerá o tipo normal do pão, contribuindo assim para regular mais facilmente a fiscalização, que lhe está merecendo assíduos cuidados, para defesa do público contra os gananciosos de poucos e crúpulos. Nestes termos:

Tendo em atenção o disposto na lei n.º 480, de 7 de Fevereiro de 1916, e usando das faculdades por ela conferidas e pelas n.º 375, de 2 de Setembro de 1915, e n.º 491, de 12 de Março de 1916;

Tendo ouvido o Conselho de Ministros;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Todas as fábricas de moagem, quer sujeitas à antiga matrícula quer à matrícula especial, nos termos do artigo 39.º do decreto n.º 3:216, de 28 de Junho de 1917, deverão subordinar-se aos seguintes diagramas na farinação de cereais:

a) Trigo:

- 30 por cento de farinha de 1.ª qualidade;
- 55 por cento de farinha de 2.ª qualidade;
- 15 por cento de sêneas.

b) Milho nacional ou exótico:

- 90 por cento de farinha;
- 5 por cento de farelo.

c) Centeio:

- 72 por cento de farinha;
- 28 por cento de sêneas.

d) Cevada:

- 65 por cento de farinha;
- 33 por cento de produtos secundários.

Art. 2.º As fábricas de moagem só poderão vender os seguintes dois tipos de farinha:

- a) Farinha de trigo de 1.ª qualidade;
- b) Farinha de mistura com a seguinte composição:

50 por cento de farinha de trigo de 2.ª qualidade;
 30 por cento de farinha de milho;
 15 por cento de farinha de centeio;
 5 por cento de farinha de cevada.

§ 1.º Os compradores terão de adquirir sempre estas farinhas na proporção de 3 da de trigo para 11 da de mistura, ou 1 para 3,66.

§ 2.º Mediante concessão especial poderá ser permitida a fabricação de farinha de milho.

Art. 3.º O Ministério do Trabalho e Previdência Social, sob proposta ou parecer das comissões de cereais ou de abastecimento concelhias, ouvida a comissão de distribuição, ou sob proposta ou parecer desta comissão ou da de abastecimento, poderá autorizar a modificação da mistura de que trata a alínea b) do artigo 2.º e a introdução, no lote, de farinha de fava, quando circunstâncias especiais tal aconselhem. As alterações das condições de preço e venda serão simultaneamente determinadas.

Art. 4.º Só é permitida a fabricação de farinha de trigo em rama nos moinhos e azenhas para o consumo local ou nas fábricas que moam à máquina por conta dos produtores, nos termos do artigo 49.º do decreto n.º 3:216.

Art. 5.º É fixado em §30 o preço por quilograma do trigo exótico a entregar às fábricas de moagem, *cif* Tejo, seja qual for o seu preço de aquisição, quando seja destinado a ser farinado para panificação.

§ 1.º O preço estabelecido neste artigo não inclui o acréscimo a que se refere o § único do artigo 4.º do decreto n.º 2:095, de 27 de Novembro de 1915.

§ 2.º A importância a pagar poderá ser, no todo ou em parte, em ouro, ao câmbio do dia, quando tal for determinado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

§ 3.º Sempre que as fábricas de moagem tenham pago qualquer importância pela taxa a que se refere o artigo 8.º serão abatidos §08(1) no preço do número de quilogramas de trigo exótico que correspondam ao número de quilogramas de farinha que tenha pago a referida taxa, multiplicado pelo coeficiente 3,333.

§ 4.º Quando as fábricas recebam trigo exótico em quantidade superior à quantidade de farinha de que tenham pago a taxa a que se refere o artigo 8.º, multiplicada por 3,333, ser-lhes há levada em conta a importância de §08(1), a que se refere o parágrafo antecedente, em futuras liquidações dessas taxas.

§ 5.º Todas as fábricas são obrigadas a receber a cota do trigo exótico que lhes seja distribuída.

§ 6.º Ouvida a comissão de distribuição, o Ministro do Trabalho e Previdência Social regulará a distribuição de trigo exótico às fábricas de massas alimentícias e de bolachas e o preço a que será fornecido.

Art. 6.º O milho colonial que pelo Governo seja distribuído às fábricas de moagem será facturado a §10(4) cada quilograma, descarregado nas fábricas, seja qual for o preço da sua aquisição.

§ único. É aplicável ao milho colonial o pagamento do acréscimo de que trata o § único do artigo 4.º do decreto n.º 2:095, de 27 de Novembro de 1915.

Art. 7.º Os preços das farinhas de que trata o artigo 2.º serão os seguintes, postas sobre vagão ou cais de embarque:

- a) Farinha de trigo de 1.ª qualidade, por quilograma §51;
- b) Farinha de mistura, por quilograma §15(5,3).

§ único. Estes preços serão acrescidos de §00(2) na cidade do Porto.

Art. 8.º Para fazer face aos encargos da importação de cereais exóticos, todas as fábricas pagarão ao Estado:

- a) A quantia de §27 por quilograma de farinha de trigo de 1.ª qualidade;
- b) A quantia de §01(8) por cada quilograma de farinha de mistura.

§ 1.º As importâncias a pagar nos termos da alínea a) serão liquidadas quinzenalmente em face das notas do trigo nacional entrado nas fábricas, enviar a Administração dos Abastecimentos, nos termos do artigo 46.º do decreto n.º 3:216, e calculadas sobre 30 por cento da quantidade de trigo entrada.

§ 2.º As importâncias a pagar nos termos da alínea b) serão liquidadas mensalmente, em face das notas de produtos fabricados, enviados à Administração dos Abastecimentos, nos termos do artigo 46.º do decreto n.º 3:216 e do artigo 18.º deste decreto, nunca podendo a quantidade por que se faça a liquidação ser inferior a 110 por cento da quantidade de trigo nacional ou exótico entrado na fábrica.

§ 3.º A Administração dos Abastecimentos dará imediata comunicação, da liquidação de que tratam os parágrafos anteriores, à 11.ª Repartição de Contabilidade Pública, que passará as guias necessárias para que as importâncias dêem entrada, à ordem daquela Administração, na Caixa Geral de Depósitos ou suas delegações, no concelho em que estejam instalados os escritórios das fábricas.

§ 4.º A importância a pagar, nos termos da alínea a), poderá ser em ouro, ao câmbio do dia, quando tal for determinado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 9.º As fábricas deverão indicar nas notas que, nos termos do artigo 46.º do decreto n.º 3:216, têm de enviar à Administração dos Abastecimentos os preços de aquisição do milho e concelho de aquisição.

A diferença entre o preço de aquisição e preço de §10 será liquidado a favor do Estado, pela forma indicada no § 3.º do artigo anterior.

Art. 10.º É permitida a importação de farinhas de trigo, nos termos da legislação em vigor, não podendo, porém, essa farinha circular no país sem autorização expressa do Ministro do Trabalho e Previdência Social, que fará cobrar uma taxa que iguale o seu custo ao da farinha de trigo de primeira qualidade, estabelecido pela alínea a) do artigo 7.º

a) Pão de trigo, fabricado unicamente com farinha de trigo de primeira qualidade, com peso variável, não sendo obrigatória pesadas inferiores a 250 gramas, ao preço de §42 cada quilograma;

b) Pão de mistura, em pães de 300 gramas, ao preço de §04(5) cada pão, fabricado com a farinha de mistura a que se refere a alínea b) do artigo 2.º

§ 1.º As padarias serão obrigadas a fabricar os dois tipos de pão nas proporções indicadas neste decreto para a venda de farinhas, isto é, de 1 para 3,66.

§ 2.º O pão não poderá ser exposto à venda com quebra superior a 6 por cento dos pesos do respectivo tipo. Em todo o caso, porém, a falta de peso, nos pães de 250 gramas do primeiro tipo e nos pães de 300 gramas do segundo, deverá ser sempre completada com contrapesos de pão de tipo não inferior.

§ 3.º O Ministro do Trabalho e Previdência Social poderá autorizar o fabrico de pão integral para doentes, estabelecendo o preço de aquisição de farinha e as condições da sua fabricação.

Art. 16.º O preço das sêmeas é fixado em §06(1) por quilograma pôsto na estação ou cais de embarque mais próximo da fábrica.

Art. 17.º As notas a que se refere o n.º 2.º do artigo

46.º do decreto n.º 3:216 deverão ser enviadas à Administração dos Abastecimentos, mensalmente, continuando as outras notas de que trata o mesmo artigo a ser remetidas quinzenalmente.

Art. 18.º São applicáveis a todos os detentores, mesmo que não sejam produtores, que não cumpram o artigo 26.º do decreto n.º 3:216, de 28 de Junho de 1917, as penalidades consignadas nos artigos 61.º e 63.º do mesmo decreto.

Art. 19.º Se alguma fábrica se recusar a pagar, a receber ou a laborar o trigo exótico que lhe fôr distribuído, se recusar a pagar as importâncias a que se referem os artigos 8.º e 9.º ou pretender por qualquer forma occultar as quantidades de trigo nacional recebido, poderá ser mandada encerrar sem prejuízo da multa de 500\$ a 10.000\$ e do procedimento judicial pela desobediência.

§ 1.º Essa taxa não poderá ser inferior a \$15 por quilograma, salvo quando se prove dum modo absoluto que a cotação no mercado de origem, adicionada com as despesas e com a taxa excede o preço indicado no artigo 7.º

§ 2.º O pagamento da taxa mínima deverá sempre ser effectuado quando se dê autorização para circulação, effectuando-se depois o reembolso da parte cobrada a mais, quando se faça a prova a que se refere o parágrafo antecedente, ou o pagamento da parte cobrada a menos.

Art. 11.º Todas as farinhas de trigo actualmente existentes em fábricas, depósitos, armazéns e celeiros ficam à disposição do Governo pelo seu valor, não podendo nenhuma ser transferida do local em que se encontre sem nova autorização do Governo, que poderá cobrar uma taxa nos termos do artigo 10.º

Art. 12.º Desde que se prove a existência em qualquer fábrica, dalguma porção de trigo exótico adquirido a \$30, antes de entrar em vigor este decreto, à medida que essa fábrica fôr pagando a taxa sobre a farinha a que se refere o artigo 8.º, ser-lhe há applicado o disposto no § 4.º do artigo 5.º

Art. 13.º As importâncias cobradas nos termos dos artigos 8.º, 9.º, 10.º e 11.º serão escrituradas em conta especial e destinadas a fazer face aos encargos com a importação de cereais exóticos.

Art. 14.º As importâncias a cobrar nos termos dos artigos 8.º, 9.º, 10.º e 11.º serão consideradas como crédito do Estado, que, além do privilégio mobiliário especial, nos termos do n.º 1.º do artigo 383.º do Código Civil, gozará do privilégio imobiliário geral equiparado ao n.º 1.º do artigo 887.º do mesmo código.

Art. 15.º O pão fabricado e vendido na cidade de Lisboa será exclusivamente dos seguintes tipos:

§ 1.º Quando haja recusa do pagamento das importâncias de que tratam os artigos 8.º e 9.º a multa nunca será inferior ao dôbro da importância que deixar de ser paga.

§ 2.º O disposto neste artigo e no § 1.º é applicável, no que respeita a apreensão, multas e a procedimento judicial, às entidades que se recusem ou procurem furtar-se

ao pagamento das importâncias a que se referem os artigos 10.º e 11.º

Art. 20.º A comissão de distribuição proporá ao Ministro do Trabalho e Previdência Social o destino a dar às farinhas e cereais apreendidos nos termos deste decreto e do decreto n.º 3:216, devendo o valor do género apreendido, feitas quaisquer deducções que nos termos da legislação em vigor caibam ao apreensor, ser dividida em duas partes iguais, uma das quais pertencerá à assistência do concelho em que se realize a apreensão e a outra será levada à conta especial de que trata o artigo 11.º

§ único. Quando a apreensão se realize no distrito de Lisboa a parte que cabe à assistência será entregue à Provedoria Central.

Art. 21.º Independentemente do fundo permanente à disposição da Administração dos Abastecimentos, de que trata o § 2.º do artigo 3.º do decreto n.º 3:174, de 1 de Junho de 1917, o Ministério do Trabalho e Previdência Social poderá, pela Administração dos Abastecimentos, constituir, à sua ordem, um depósito especial em ouro para fazer face às compras a effectuar no estrangeiro e ao qual leve o produto das cobranças effectuadas.

Art. 22.º A comissão de distribuição criada pelo decreto n.º 3:123, de 12 Maio de 1917, terá quatro vogais substitutos representantes dos Ministérios do Fomento e do Trabalho e Previdência Social, da indústria da moagem e da Associação Central da Agricultura Portuguesa.

Por cada sessão a que assistam os vogais da comissão perceberão 3\$.

Art. 23.º São applicáveis à execução deste decreto as disposições dos artigos 49.º e 56.º do decreto n.º 2:253, de 4 de Março de 1916.

Art. 24.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 11 de Agosto de 1917. — BERNARDINO MACHADO — Afonso Costa — Artur R. de Almeida Ribeiro — Alexandre Braga — José Mendes Ribeiro Norton de Matos — José António Arantes Pedrosa — Augusto Luís Vieira Soares — Herculano Jorge Galhardo — Ernesto Jardim de Vilhena — José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães — Eduardo Alberto Lima Basto.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

6.ª Direcção

Rectificação

No *Diário do Governo* n.º 131, 1.ª série, de 8 do corrente mês, a p. 612, 2.ª col., onde se lê: «Pampilhosa da Serra, caução do 5.º grau», deve ler-se: «Pampilhosa da Serra, caução do 3.º grau».

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, 9 de Agosto de 1917. — O Engenheiro Administrador Geral, António Maria da Silva.